



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 7/2020, em que é recorrente **Arlindo Teixeira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# **TRIBUNAL CONSTITUCIONAL**

## **ACÓRDÃO N.º 32/2020**

### **I - Relatório**

1. **Arlindo Teixeira**, com os demais sinais de identificação nos autos, vem, nos termos do artigo 20º, n.º 1, alíneas a) e b), e n.º 2 da Constituição da República de Cabo Verde e artigos 11º e 14º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, interpor recurso de amparo constitucional contra a omissão de decisão da reclamação para a conferência contra o despacho individual da Veneranda Juíza Relatora, proferido em 30 de setembro de 2019, através do qual o requerente havia rogado ao supremo Tribunal de justiça a revogação das medidas de coação de interdição de saída de Cabo Verde, apreensão de passaporte e obrigação de comparecer na Esquadra da Polícia três vezes por semana, tendo, também, requerido que seja adotada medida provisória.

Não obstante a inusitada extensão da petição de recurso, numa espécie processual em que, legalmente, se requer parcimónia, o essencial dos factos relevantes se resume no seguinte:

1.1. Que, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 08/2018, de 26 de março, que lhe concedera o amparo que havia requerido no âmbito do recurso n.º 03/2017 e determinou que a entidade recorrida promovesse a sua libertação, ficando a seu critério a aplicação de outra medida de coação enquanto os outros recursos interpostos relativamente aos mesmos factos tramitassem neste Tribunal, por despacho individual da Veneranda Juíza Conselheira Relatora do Recurso Crime Ordinário n.º 185/2016, foram lhe decretadas as seguintes medidas de coação: interdição de saída de Cabo Verde; apreensão do seu passaporte e a obrigação de comparecer na esquadra da polícia, três vezes por semana;

1.2. Por considerar que aquele despacho desprezou o conteúdo do Acórdão nº 08/2018, proferido pelo Tribunal Constitucional, o qual, em seu entender, tinha considerado que havia fortes razões para crer que o arguido tinha agido ao abrigo de uma causa de exclusão de culpa e de ilicitude, pediu a revogação dessas medidas de coação, através de um requerimento dirigido ao Venerando Supremo Tribunal de Justiça, em 30 de setembro de 2019;

1.3. Afirma o impetrante que, até 06 de novembro de 2019, o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça não tinha despachado o requerimento a que se refere o parágrafo precedente, pelo que o silêncio em relação ao pedido da revogação daquelas medidas de coação, por mais de trinta dias, constitui uma “flagrante e grosseira” violação do direito e da garantia fundamental de acesso à justiça, mediante um processo justo e equitativo, decisão em prazo razoável, conforme o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 22º, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 35º da Constituição da República, que consagra o direito fundamental de todo o arguido ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa, bem como da violação do direito e da garantia fundamental de ver o seu processo tramitado e decidido sem omissões processuais que afetem os direitos, liberdades e garantias previstos no n.º 7 do artigo 35º da CRCV, nos n.ºs 1 e 2 artigo 30º e , bem como o de entrar e sair livremente do território nacional e de emigração, atento o disposto no n.º 1 do artigo 51º, todos da CRCV;

1.4. Notificado, no dia 30 de dezembro de 2019, do despacho individual da veneranda Juíza Relatora, que indeferiu o pedido de revogação das medidas de coação pessoal a que o arguido está sujeito desde 26 de abril de 2018, quais sejam a interdição de saída do País, apresentação três vezes por semana nas Autoridades Policiais e apreensão de Passaporte, interpôs recurso de amparo contra essa decisão, mas o Tribunal Constitucional, através do Acórdão nº 04/2020, de 14 de fevereiro, indeferiu o recurso acima referido, alegando, no essencial, que antes de recorrer para o Tribunal Constitucional, a defesa deveria ter reclamado para a Conferência do Supremo Tribunal de Justiça;

1.5. Acontece que desde o dia 02 de janeiro de 2020 tinha reclamado para a Conferência, mas não juntou a prova desse facto no recurso que tinha interposto contra a decisão da Veneranda Juíza Conselheira;

1.6. Passados mais de 45 dias desde a data da sua entrega, não obteve resposta/decisão por parte do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça;

1.7. Por entender que os seus direitos fundamentais estão a ser violados, designadamente obter decisão em prazo razoável e o direito fundamental à liberdade e à emigração previstos nos n.º1 e 4, do artigo 22.º, 1 e 7 do artigo 35.º, n.º1 do artigo 30 e n.ºs 1 e 2 do artigo 51.º da CRCV, não se conformando com o despacho da Veneranda Juíza Relatora, de 31 de dezembro de 2019, que indeferiu o seu requerimento de 30 de setembro de 2019, intentou recurso de amparo para o Tribunal Constitucional, a 03 de janeiro de 2020;

1.8. Após ter requerido a adoção de medida provisória que consiste na fixação de um prazo máximo de oito dias para o Supremo Tribunal de Justiça analisar e decidir a Reclamação datada de 02 de janeiro de 2020 e a suspensão /revogação das medidas de coação a que o recorrente está sujeito, terminou o seu arrazoadado, formulando os seguintes pedidos:

“Que o Tribunal aceite e dê provimento ao presente recurso de amparo e decrete a revogação definitiva das medidas de coação a que o recorrente vem estando sujeito, cuja manutenção viola os direitos liberdades e garantias apontados na sua petição” e, que em consequência, seja decretada a devolução dos documentos pessoais do recorrente, incluindo o seu passaporte já caducado; que através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Embaixada de França em Cabo Verde (serviços consulares), seja emitido novo título de viagem para o recorrente, já que apenas possui nacionalidade francesa; e, que sejam expedidos ofícios às autoridades policiais e dos serviços de estrangeiros e fronteiras para não oporem obstáculos ou impedirem a saída do arguido/recorrente de Cabo Verde.”

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso.

Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o douto parecer constante de fls. 58 a 61 dos presentes autos, tendo formulado, em síntese, as seguintes conclusões:

*“8. O recorrente repete o amparo Constitucional alegando, agora, que apresentou reclamação do despacho desde 02 de Janeiro de 2020, do qual diz juntar cópia a fls. 35*

*a 56 dos autos; caso se confirme tal reclamação tempestiva, com apresentação de recibo da mesma, poderá estar verificado o pressuposto que foi antes considerado em falta.*

*9. Considerando seja o regime previsto o artigo 618º do CPC, seja os prazos gerais para a prática de actos dos magistrados, tanto no CPP como no CPC, e não havendo qualquer nota relativa a pauta ou agenda de julgamentos no STJ da qual conste data prevista para o julgamento da reclamação, é de se admitir a hipótese de se estar perante caso de retenção da reclamação por mais de trinta dias, o que afigura prazo suficiente para sustentar a omissão, eventualmente ofensiva de direitos, liberdades e garantias fundamentais do recorrente.*

*10. Assim, afigura-se que estão preenchidos os pressupostos para a admissão do recurso de amparo interposto.*

*Do exposto, somos de parecer que o recurso de amparo constitucional pode ser admitido (...)*”

É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir sobre a admissibilidade do presente recurso de amparo, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

## **II – Fundamentação**

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

*A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:*

*a) O Recurso de amparo pode ser interposto contra atos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;*

*b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariiedade.*

1. A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O caráter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

2. Tratando-se, por conseguinte, de um recurso de amparo contra uma omissão de pronúncia imputada ao Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, segundo o qual o recurso não será admitido quando:

a) *Tenha sido interposto fora do prazo;*

*O recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais, atento o disposto no artigo 5.º da Lei do Amparo.*

Nos casos em que se interpõe recurso de Amparo Constitucional contra decisões de órgão judicial, o prazo a que se refere o artigo 5.º conta-se da data da notificação do despacho que tenha recusado a violação praticada.

Mas o recurso em apreço foi interposto de uma alegada omissão de pronúncia sobre a reclamação, o que pode configurar a violação do direito fundamental de ser julgado no mais curto espaço de tempo compatível com as garantias de defesa.

A este respeito convém trazer à colação a orientação fixada pelo Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 13/2017, de 20 de julho, sobre a tempestividade e o esgotamento das vias de recurso ordinário quando se impugna, através de recurso de amparo, uma conduta omissiva: “*quando se trata de potencial violação de direitos fundamentais por via de omissão, o recurso deve ser instruído com documentos que se reputam pertinentes para provar que o interessado tenha arguido a violação do direito em termos perceptíveis, tenha requerido a sua reparação, mas o órgão judicial não se pronunciou sobre o pedido de reparação em tempo útil.*” Esse aresto encontra-se publicado no site do Tribunal Constitucional e no Boletim Oficial, I Série, n.º 47, de 8 de agosto de 2017.

Em situações como a dos autos, considera-se tempestivo o recurso, desde que se junte elementos que permitam concluir que o recorrente denunciou a demora perante quem tem

o dever de decidir, mas, decorrido um tempo razoável, não obteve nenhuma resposta antes de acionar o mecanismo de amparo constitucional.

Importa lembrar que essa orientação foi fixada pelo Acórdão n.º 13/2017, 20 de julho de 2017, proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 3/2017, tendo, exatamente, como recorrente Arlindo dos Reis Teixeira dos Santos e recorrido o Supremo Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

*“Considerando o princípio da aplicabilidade direta das normas relativas a direitos, liberdades e garantias, o recurso de amparo pode ser interposto a partir do momento em que o interessado considere que se ultrapassou o prazo razoável para o órgão judicial se pronunciar sobre o pedido da reparação da violação.*

*No caso em apreço o recorrente invocou a violação do direito à liberdade, pediu a sua reparação através dos sucessivos recursos que interpôs da prisão que lhe foi aplicada; reclamou do Acórdão n.º 57/2016, de 29 de julho, tendo ainda solicitado expressamente o suprimento de nulidades e omissões, sem que o STJ se tivesse pronunciado sobre esse último pedido.*

*Afirma ainda o recorrente que no dia 26 de janeiro de 2017 dirigiu um requerimento a cada um dos Juízes Conselheiros da Secção Crime, pedindo que decidissem com propriedade o Recurso n.º 58/2016, sem se esquivarem da questão da aplicabilidade do n.º 3 do Artigo 261º do CPP que proíbe a prisão preventiva em cenários de legítima defesa ou de uma outra causa de exclusão de ilicitude, mas não obteve resposta.*

*Considera-se, pois, demonstrado que o recorrente interpôs o presente recurso de amparo, no dia 3 de maio de 2017, depois de ter denunciado de forma perceptível e requerida a reparação da violação do seu direito fundamental à liberdade.*

*Conclui-se, pois, que o recurso foi tempestivamente apresentado.”*

Já o Acórdão n.º 44/2019, de 20 de dezembro de 2019, publicado no Boletim Oficial N.º 6, I Série, de 14 de janeiro de 2020, tendo como peticionário o ora recorrente, tinha considerado que: “[...], em circunstância alguma se pode admitir que o recorrente pudesse ignorar que devia provar que, antes da interposição deste recurso, denunciou a demora e pediu a reparação dos direitos, liberdades e garantias junto da entidade requerida.

É incontestável que dos presentes autos não se vislumbra nada que pudesse levar o Tribunal a dar por assente que, depois da apresentação do requerimento a 30 de setembro de 2019, o recorrente tenha denunciado uma possível dilação indevida perante o Supremo Tribunal de Justiça, e decorrido um prazo razoável para a decisão, não tenha obtido resposta.

Refira-se que a orientação definida pelo Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, tem vindo a consolidar-se pela sua aplicação reiterada, designadamente através do Acórdão n.º 25/2019, de 1 de agosto, que não admitiu o recurso de amparo n.º 15/2019, por falta de esgotamento das vias de recurso ordinário: *“Inconformado com a decisão, apresentou reclamação e requereu que o processo fosse enviado à procedência e que o tribunal recorrido lhe facultasse cópia de ata de julgamento para que pudesse apresentar a motivação do recurso.*

[...]

*Significa que o recorrente teve a possibilidade de assinalar a dilação da decisão, de requerer a reparação de uma potencial violação do direito a obter uma decisão no mais curto prazo compatível com a natureza urgente de um processo com arguido preso, para, depois, na eventualidade de recusa de reparação, por omissão ou por ação, lançar mão do recurso de amparo.”*

Esse aresto foi devidamente notificado ao recorrente, encontra-se publicado no site do Tribunal Constitucional e no Boletim Oficial, I Série, n.º 100, de 26 de setembro de 2019.

Apesar de saber que a alegada omissão de decisão carece de denúncia e prova do mesmo, não se dignou juntar qualquer elemento que atestasse que tivesse avisado ou alertado a Conferência da Seção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça para eventual excessiva dilação na tomada decisão relativamente àquela reclamação, antes de solicitar um novo amparo.

É certo que depois de ter apresentado o recurso de amparo em apreço, requereu a junção da cópia da primeira página da reclamação que dirigira à Conferência da Seção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça. Isso prova que, efetivamente, depositou a reclamação junto da Secretaria da Suprema Instância Judicial Comum, em 02.01.20, conforme o documento constante de fls. 64 dos presentes autos. Se a partir desse documento se pode



inferir que já decorreu um certo lapso de tempo desde a sua apresentação, sem que alegadamente tenha sido proferida qualquer decisão, a mesma peça não pode ter o efeito que o impetrante, subliminarmente, lhe pretende atribuir. O mesmo é dizer que a prova de que a reclamação foi apresentada naquela data não pode dispensar a junção de elemento que ateste que avisou ou alertou a entidade recorrida para uma eventual excessiva dilação na tomada decisão, antes de franquear as portas da Corte das Liberdades.

A intempestividade do recurso e a inobservância do esgotamento das vias de recurso, atento o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º conjugado com o artigo 6.º da Lei do Amparo, designadamente por falta de elementos de prova de que a omissão tenha sido invocada e pedida a reparação, sem que se obtenha resposta em prazo razoável ou no mais curto espaço de tempo compatível com as garantias de defesa, se for no âmbito do processo penal, constituem pressupostos insupríveis e a prática jurisprudencial deste Tribunal tem sido de escrutinar sequencialmente os pressupostos previstos no artigo 16.º, bastando a ausência de um para se determinar a não admissão do recurso.

Pois, as condições de inadmissibilidade do recurso foram concebidas como pressupostos em que a falta de um deles determina a sua não admissão, a menos que seja aquele pressuposto suscetível de sanção ou aperfeiçoamento, como é o caso da fundamentação, em que se confere ao recorrente a oportunidade de corrigir a sua petição de recurso.

Nestes termos, não se pode admitir este recurso por intempestividade e inobservância do esgotamento das vias de recurso ordinário.

### **III - Medidas Provisórias**

O recorrente solicita que o Tribunal Constitucional adote a medida provisória que se traduza na revogação das medidas de coação a que se encontra sujeito antes da decisão do mérito, alegando prejuízos decorrentes de eventual demora na tomada de decisão de fundo.

Mas não sendo admissível o presente recurso de amparo pelos fundamentos acima mencionados, fica prejudicado o pedido de decretação da medida provisória, em coerência com a orientação sobre a relação de dependência que existe entre a admissibilidade do recurso de amparo e o incidente de pedido para a adoção de medidas

provisórias, orientação fixada pelo Acórdão n.º 08/2019, de 14 de fevereiro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 28, de 14 de março de 2019, nos seguintes termos:

*“Existe uma relação indissociável entre o recurso de amparo e as medidas provisórias...*

*A relação de instrumentalidade entre o recurso de amparo e as medidas provisórias; o facto de as medidas provisórias serem legalmente tratadas como incidentes inerentes ao recurso pendente de decisão, a forma como o pressuposto *fumus boni iuris* é concebida em sede de medidas provisórias, não nos termos em que é aferido no processo civil, ou seja, de probabilidade séria de existência do direito, mas simplesmente de avaliar a sua presença à luz do juízo de viabilidade decorrente da alínea e) do artigo 16 dessa lei, e ao contrário das providências cautelares cíveis em relação às quais a lei processual civil prevê expressamente a possibilidade de se adotar medidas cautelares preventivas, ou seja, para evitar danos que possam ocorrer ainda antes da propositura da ação (Cf. o disposto no n.º 1 do artigo 350.º do CPC), a natureza excecional do recurso de amparo que implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais, terão levado o legislador a conceber as medidas provisórias apenas como incidentes *lite pendente*.”* Vide, no mesmo sentido, o Acórdão n.º 21/2018, de 16 de outubro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 68, de 25 de outubro de 2018; o Acórdão n.º 4/2019, de 24 de janeiro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 28, de 13 de março de 2019; e o Acórdão n.º 22/2019, de 27 de junho, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 100, de 26 de setembro de 2019, Acórdão n.º 40/2019, de 11 de outubro, Publicado no Boletim Oficial N.º 6, I Série, de 14 de janeiro de 2020, Acórdão n.º 44/2019, de 20 de dezembro de 2019, Publicado no Boletim Oficial N.º 6, I Série, de 14 de janeiro de 2020, Acórdão n.º 04/2020, de 14 de fevereiro, Publicado non Boletim Oficial N.º 25, I Série, de 3 de março de 2020.

#### **IV - Decisão**

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem não admitir o presente recurso, e, em consequência, não tomar conhecimento do

incidente em que se pediu a decretação de medidas provisórias e ordenar que os presentes autos sejam arquivados.

Registe, notifique e publique.

Praia, 28 de julho de 2020.

*João Pinto Semedo* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*José Pina Delgado*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, na Praia, aos 21 de setembro de 2020.

O Secretário,

*João Borges*